

João Bosco Feitosa dos Santos, Elisabeth Fiúza Aragão, Roselane Gomes Bezerra, Neile de Oliveira Castro Lima e Maria Eliana Nobre Sampaio.*

Universidade, Cidadania e Localismo em Fortaleza/Brasil

RESUMO: Desde 1998, um grupo de 15 alunos e 3 professores de Sociologia da Universidade Estadual do Ceará vem realizando uma investigação, objetivando sistematizar, reunir e gerar informações acerca dos 114 bairros de Fortaleza. Acreditamos ser o bairro o maior possibilitador de conhecimento das especificidades do município. Nesses locais podem ser identificadas formas particulares de organização, reivindicação e estratégias coletivas de conquistas. A estratégia metodológica consiste em: levantamento documental sobre cada bairro; checagem *in loco* dos dados coletados; sistematização, apresentação, discussão e complementação dos dados com a comunidade; elaboração de um caderno de informações para uso dos moradores; realização de estudos específicos (memória, saúde, trabalho, meio ambiente etc) sobre o bairro, a partir das discussões com os moradores; elaboração de um relatório sobre Fortaleza. O estudo tem facilitado o acesso da comunidade às informações, ajudado a fortalecer as identidades locais e viabilizando o exercício da participação popular, através da alimentação, realimentação e socialização dos dados.

Palavras-chave:

Localismo, cidadania, participação, gestão pública e bairros.

1 Fortaleza, uma Cidade Emergente.

Fortaleza, capital do estado do Ceará, é a quinta maior cidade do Brasil, está localizada na costa atlântica nordeste, possui 313,8 km² e uma população de 2 milhões de habitantes.

Nos últimos 30 anos a cidade tem crescido de modo rápido e desordenado, como a maioria das cidades brasileiras. Conforme indicam os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, Fortaleza cresceu 50% no período 1940/1950, quase dobrou entre os anos 1950/60 e nos anos posteriores continuou a crescer numa velocidade em torno de 50% por década.

O crescimento demográfico deveu-se sobretudo ao processo desorganizado de urbanização e inchamento em virtude da migração campo-cidade provocada intermitentemente pelas secas no estado do Ceará. O aumento da extensão da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF fez com que as migrações fossem distribuídas entre os municípios que compõem a RMF, sobretudo porque para eles estão sendo dirigidas políticas de industrialização que atraem a mão-de-obra local.

Fortaleza tem sua economia voltada para os setores serviços e indústria que contribuem respectivamente para o PIB do Estado com 73,19% e 25,99% (IBGE/1995). Em relação ao Ceará, o Município participa com 50% do PIB total do Estado o que comprova a disparidade de renda. O turismo tem sido considerado o fator de desenvolvimento que atrai para a Capital cerca de 1.000.000 de pessoas/ano.

A cidade possui grandes contrastes socio-econômicos resultado desse crescimento desigual e de uma alta concentração de renda (uma das maiores do Brasil). Enquanto os 10% mais pobres ganham em média 0,76% do salário mínimo, os 10% mais ricos ficam com 45,81% dos salários (IBGE, 1996). O IBGE estimava em 1996 uma população favelada em torno de 720 mil habitantes, o que corresponde 36% da população de Fortaleza. Segundo a Secretaria de Trabalho e Ação Social/SETAS, em 1993 existia nas ruas de Fortaleza 6.146 crianças e adolescentes.

Fortaleza possui muitos problemas estruturais típicos de uma cidade emergente e que ainda não conseguiu proporcionar uma infra-estrutura de habitação e saneamento básico para o total da população.

A cidade está dividida em 114 bairros que diferem-se pela sua localização, onde aqueles situados mais ao leste são pertencentes a uma classe mais abastada e os da zona oeste e sul possuem pior qualidade de vida. Entretanto, resta salientar que mesmo nos bairros de classe média alta existem ilhas de pobreza que contrastam com a condição econômica dos demais habitantes.

Diante do perfil que a cidade está se configurando muitos desafios se tornam evidentes, ao mesmo tempo que surgem questões a todo momento: é possível falar-se de uma identidade social de Fortaleza? Como pensar e programar políticas públicas num espaço tão heterogêneo, quanto confuso? Como entender a convivência de uma sociedade que é ao mesmo tempo moderna, cosmopolita, com os arquipélagos de pobreza e de miséria? Que estratégias a população de cada bairro lança mão para suprir suas necessidades mais imediatas? Como o estado se comporta em cada bairro?

Na busca de respostas para essas questões, a Universidade, notadamente através de cursos de Ciências Sociais, aparece como possibilidade de realizar estudos e pesquisas para compreender a vida cotidiana da cidade e, estas questões passam, necessariamente, pela vida nos bairros, locais privilegiados de convivência, de conflitos e de sociabilidade, tornando-se necessário que se tenha, primeiramente, uma radiografia de cada localidade, que possibilite as comunidades verem-se a si mesmas.

Portanto, apresentaremos aqui uma pequena amostra do exaustivo trabalho que desenvolvemos na busca de conhecer Fortaleza nas suas mais particulares células que são os bairros.

2.O Papel da Universidade e das Ciências Sociais na compreensão da Cidade e formação de profissionais cidadãos

Entendemos que a universidade, enquanto local aglutinador de sujeitos sociais que desempenham o papel de compreensão de realidades, tem desenvolvido profundas reflexões nas diversas áreas do conhecimento científico. No caso específico das Ciências Sociais, um dos *locus* permanente de nossas pesquisas tem sido o espaço urbano.

As vias, limites, bairros, marcos, sociabilidades, identidades, políticas públicas, história e memória são alguns dos elementos que constituem a imagem da cidade. Ao investigar estes universos as Ciências Sociais tem desempenhando o seu papel na construção/compreensão do conhecimento.

A Antropologia é um dos ramos das Ciências Sociais que mais recentemente, em meados do século XX, também passou a apresentar como tema de estudos a cidade. Esta ciência, ao se alicerçar em duas de suas especificidades, o trabalho de campo e a observação participante, vem se voltando a “observar o familiar”. Como afirma Gilberto Velho

“a possibilidade de partilharmos patrimônios culturais com os membros de nossa sociedade não nos deve iludir a respeito das inúmeras discontinuidades e diferenças provindas de trajetórias, experiências e vivências específicas”(1980:16).

Nesta perspectiva, a cidade está para a Antropologia como um novo desafio e o seu papel dentro das Ciências Sociais tem sido a busca do entendimento de diversas questões *in loco*.

Neste contexto, frente a todo este conjunto de transformações decorrentes do crescimento demográfico que faz de Fortaleza uma “cidade emergente”, percebemos que esta cidade vem nos proporcionando múltiplos campos de reflexões.

Na realidade, Fortaleza vem vivenciando ao longo destes últimos sessenta anos intensos processos de reestruturação do espaço urbano, onde cada um dos seus bairros estão vivendo significativas mudanças socio-estrutural. Neste sentido, o papel de sociólogos e antropólogos interessados nesta temática tem sido detectar objetos de pesquisa que levem a compreensão desta realidade tão cheia de nuances.

Partindo desta busca de compreensão da cidade de Fortaleza e como uma forma de responder aos nossos questionamentos a respeito da identidade social; políticas públicas e sociabilidades, acreditamos que seria necessário um estudo de suas micro-celulas, ou melhor, de seus bairros, para compreender a vida da cidade e, ao mesmo tempo, vivenciar um processo de exercício da cidadania.

Trabalhar o bairro enquanto *locus* da construção da cidadania fundamenta-se na concepção de que nestes tempos de globalização da economia, do rompimento de barreiras, e da diminuição do papel do Estado-Nação, assiste-se, gradativamente, a movimentos que se dirigem no sentido do fortalecimento dos localismos, posto que,

“estimular o poder local é caminhar no sentido de uma sociedade que decide seu destino, constrói sua transformação, e de forma resumida, se democratiza”.(Dowbor,1995, p.5)

Entre as vantagens dos localismos é possível assinalar seu papel de agente de justiça social, na medida em que as soluções locais e ações redistributivas são mais facilmente operacionalizadas. Afinal, é no município, no bairro, na vizinhança que se conhece as doenças, as demandas por escola, a questão do transporte, a problemática dos adolescentes e que o cidadão comum pode intervir com ou sem a mediação de grandes estruturas políticas.

Hoje, temos uma Fortaleza multifacetada, com muitas nuances, com temporalidades diferentes, quadro que torna difícil a efetivação de uma consciência cidadã coletiva. Em verdade, o que se percebe é a existência de uma administração política que se ausenta de seus papéis ao mesmo tempo que reprime a atuação social. Pensar categorias como autonomia, participação e inserção social nesta Fortaleza cosmopolita e excludente, torna-se tarefa árdua.

Nesta perspectiva, as Ciências Sociais devem ser aprendidas não somente nos bancos das universidades, mas na leitura do cotidiano em que alunos e professores estão inseridos. Em suma, a iniciativa de se criar o Núcleo de estudo, extensão e pesquisa Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano na UECE vem ao encontro da necessidade desta instituição de ensino superior prestar um grande serviço à cidade de Fortaleza e à comunidade, facilitando o acesso de informações bem como ajudando a fortalecer as identidades locais e o exercício da participação popular através do processo de alimentação, realimentação e socialização dos dados, numa busca da construção de uma nova cidadania.

2.1. Rumo a uma nova cidadania

Os tempos de globalização, de transnacionalização dos capitais, do redimensionamento das fronteiras nacionais solicitam um repensar sobre o lugar dos homens no mundo e, conseqüentemente, sobre as relações entre os homens em sociedade: o homem – Estado, o homem – sociedade civil, o homem – bem estar social, o homem – cidadania, o homem – cidadão.

Estudar estas questões é investigar a construção do conceito de cidadania e de sua aplicabilidade no cenário contemporâneo, como norteador da manutenção ou desordenamento da conjuntura social.

As concepções da cidadania são várias, conforme o aspecto que se queria discutir. Vinculada sempre ao direito e à democracia, este conceito fragmentou –se no tempo e espaço, estando efetivamente presente nas falas dos

intelectuais, dos políticos e nos assuntos veiculados pela mídia, contendo significados diversos, ao mesmo tempo que tem servido para diferentes apropriações, conforme cada situação usada pelos estudiosos. Retomando a indicação de Pinheiro (1998, p.100) o termo cidadania aparece nos mais variados discursos, sendo que,

“cidadania e termos circundantes – cidadão – cidadã – dificilmente aparecem meramente substantivados, requerendo, quase sempre uma adjetivação – cidadania plena, cidadão de segunda classe ou de segunda categoria, descidadania, cidadania parcial, desequilibrada, excludente, incompleta, etc.”

Constitui, aqui, nossa pretensão não exaurir a discussão teórica que o conceito merece, mas trazer algumas construções conceituais e cogitá-las com a perspectiva teórica que advoga a nova cidadania e que vem ancorando a diretriz de nossa pesquisa junto aos bairros de Fortaleza.

O conceito de cidadania não é novidade. A literatura dá conta de que, em Roma e na Grécia, alguns pensadores já identificaram esta “vivência” naquelas populações. Entretanto, há uma diferença fundamental entre aquela cidadania e a que existe nos dias de hoje. Antes, o acesso do cidadão ao poder não era generalizado porque os cidadãos não eram iguais. A título de exemplo, ainda até bem pouco tempo, a mulher não votava e não podia ser eleita em alguns países do mundo. Hoje, com o processo de globalização, pode-se falar inclusive no conceito de cidadania mundial, cidadania planetária em que o cidadão do mundo pode ser uma realidade em determinados aspectos, sobretudo no que se refere a questões de interesse planetário, tais como: meio ambiente, paz, fome etc.

Liszt Vieira (1997) discute a relação entre cidadania e direito, apontando alguns aspectos da cidadania ao longo do tempo, relacionando-a com o papel do Estado e abordando a cidadania a partir de três diferentes gerações de direito. O autor considera a primeira geração como a cidadania que se refere aos direitos civis e políticos, conquistados a partir do século XVIII e XIX respectivamente; a segunda, envolveria os direitos sociais, econômicos e de crédito, conquistados no século XX a partir das lutas dos movimentos sindicais operários; a terceira, tem como titular da cidadania não o indivíduo, mas grupos humanos, a nação, o povo, podendo, então, ser exemplificada pela preocupação com o meio ambiente, a paz mundial e outras questões que estão sendo discutidas em nível mundial.

Para Alain Touraine (1996), a cidadania está relacionada à democracia. Segundo o autor, não há cidadania sem a consciência de filiação a uma coletividade política, na maior parte dos casos, a uma nação, assim como a um município, a uma região, ou ainda a um conjunto federal. Interessante observar que Touraine acredita que a cidadania significa a construção livre e voluntária de uma organização social que combina a unidade da lei com a diversidade dos interesses e o respeito pelos direitos fundamentais.

Interessa-nos, em função dos objetivos deste trabalho, aprofundar a dimensão da cidadania social, enquanto a que ainda se apresenta mais problemática no contexto dos países latino-americanos. A cidadania civil ou política se baseia no exercício individual de direitos e obrigações, ao contrário, a cidadania social, depende muito mais da participação da comunidade. Paraphrasing Roberts é lícito afirmar que

“o exercício formal ou informal dos direitos de cidadania social depende da participação ativa de outros, para os quais esses direitos constituem obrigações. Os direitos sociais são, em longa medida, direitos que beneficiam a comunidade como um todo. Além disso, a cidadania social depende tanto da qualidade interpessoal dos serviços prestados e recebidos quanto dos direitos e das responsabilidades formais” (Roberts, 1997, p.11)

Evelina Dagnino adverte para uma **nova cidadania** que “requer a constituição de sujeitos ativos, definindo autonomamente o que consideram ser seus direitos e lutando pelo seu reconhecimento (...)” (Dagnino, 1998, p. 2). Nesse sentido, essa nova cidadania é uma estratégia dos não cidadãos, dos excluídos, uma cidadania de baixo para cima, que aflora a partir do indivíduo em suas mais simples reivindicações, rompendo com a reivindicação baseados nas relações clientelistas e de tutela. Em verdade, essa nova cidadania tende a uma ruptura com a “cidadania regulada ou concedida” que foi inventada entre nós pelo corporativismo estatal pós-30.

A nova cidadania representa uma possibilidade de buscar “o direito a ter direito” pelos próprios agentes que reivindicam seu espaço na sociedade. Ora, os agentes cidadãos moram e começam suas interações sociais na suas residências e em seu entorno; daí, compactuamos com Dagnino em valorizar o debate da nova cidadania que organiza um projeto de construção democrática que valoriza e reconhece o outro como sujeito, com direito a participar efetivamente da gestão das políticas públicas e de novas relações entre Estado e sociedade e, sobretudo, com direito a igualdade e a diferenças.

Elisabeth Jelin (1993), tratando do processo de democratização e da construção da cidadania na década de oitenta e início de noventa, na Argentina, observa que esse processo parece, poder ser aplicado em toda a América Latina e até em outras partes do mundo. A autora considera que, a partir dessa época, houve uma intensificação do processo de expansão dos direitos sociais. Tais processos podem ser estudados basicamente a partir de três perspectivas:

“primeiro, em termos da questão ligada à equidade e às desigualdades sociais; segundo, considerando a luta social pela definição dos conteúdos da democracia; terceiro, observando-se o processo de formação dos agentes sociais e dos atores coletivos ou, em outras palavras, observando-se o processo de emergência e consolidação da cidadania.”(Jelin, 1993, p.41)

Todo esse processo requer responsabilidades e um compromisso cívico dos cidadãos que se ancora nos sentimentos que unem o indivíduo a uma coletividade. Aí está posto um desafio de “combinar as mudanças institucionais formais e a criação e expansão de práticas democráticas e de uma cultura da cidadania”.

Silva (1997), por sua vez, aponta para um novo campo ético político de construção da cidadania baseado sobretudo: a) na valorização do poder local; b) na participação popular; c) na ampliação da esfera pública via retomada da comunidade; e d) numa nova dinâmica social construída no cotidiano onde existe a possibilidade de interação das diferenças, do plural. Tudo isso numa perspectiva de motivação de uma nova cidadania pelo aumento da rede de solidariedade.

Nessa perspectiva, a família, o lugar de moradia, a casa, o bairro, tornam-se espaços privilegiados da construção de uma nova cidadania, desenvolvida “desde baixo”. A proximidade da moradia, as confluência das relações e lutas parecem proporcionar essa busca por estratégias de sobrevivência e de solidariedade de modo coletivo.

Assim,

“a construção da cidadania para o século XXI passa por uma cultura cívica autêntica que conclama os cidadãos a participar, valorizando sua contribuição...são cidadãos com acesso a informações selecionadas e relevantes que contróem suas comunidades, dispensando a tutela do Estado...”
(RATTNER, 1999, p. 153-154).

Nessa perspectiva, pretende-se caminhar rumo a construção de uma *sociedade sustentável*, nas palavras de Henrique Rattner (1999).

3. A Formação de um grupo num processo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Exercício da Cidadania

O núcleo de estudo e pesquisa “Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano - GPDU” foi criado em 1998 com o objetivo compreender o espaço urbano através dos bairros, analisando a natureza dos equipamentos existentes, o cotidiano dos moradores, as formas de inclusão e exclusão social e as estratégias de exercício da cidadania, na perspectiva de produzir conhecimento acerca da gestão pública contemporânea.

Hoje o GPDU conta com a participação de três professores e 10 alunos que pertencem ao Departamento de Ciências Sociais do Centro de Humanidades da UECE.

A criação deste Núcleo fundamenta-se na concepção de que na atualidade vivenciamos contraditoriamente e complementarmente, o ressurgimento dos localismos. Nos dizeres SANTOS (1986, p 8) “em termos analíticos seria quase tão correto falar de globalização ou de localizações no plural; porque sendo diferentes as relações sociais, diferentes são as globalizações”. DA MATA em pronunciamento na conferência de abertura do Seminário Gestão Pública do Século XXI, realizado em março de 1997 em Fortaleza, também comunga com este ponto de vista ao afirmar que diante do crescimento da inevitável globalização, a saída para se humanizar o processo traz a tona os localismos. E DOWBOR (1997) aponta a diminuição dramática do mundo nestas últimas décadas face a abertura de fronteiras e geração do espaço mundial comum, mas enfatiza que as dimensões mudaram de modo desigual.

“Enquanto algumas coisas se globalizam, outras se tornam locais, com o renascer de tradições regionais, dinamização das políticas municipais, descentralização da educação da saúde. As cidades adquiriram papel mais importante. ...”
(Dowbor, 1997, p 7).

Em termos políticos, o localismo significa optar pelo processo de descentralização, de co-gestão e municipalização que vem reforçar o poder local em oposição aos padrões de planejamento estatal, centralizado e hierarquizado. A descentralização ainda que imperfeita, encontra-se mais facilmente articulada às possibilidades de democratização e de participação cidadã.

“As saídas locais representam, assim, não a substituição de um projeto mais amplo, mas a criação de novos espaços de politização e construção democrática, incentivando a construção da dimensão pública na sociedade civil.” (SPOZATI, 1997, p46).

Além de constituir uma iniciativa que visa o exercício de conhecimentos além dos muros da Academia, capacitando os alunos com outros referenciais de aprendizagem, a partir de vivências localizadas, integrando teoria e prática, tal projeto seria, também, uma forma de aproximar a Universidade Estadual de sua realidade mais próxima, a cidade através de seus bairros, contribuindo para pensar e compreender essa realidade bem como abrir canais de *participação popular* para os moradores dos bairros estudados.

Com essa preocupação em mente o grupo definiu como sendo o seu objetivo maior de trabalho, de estudo e de pesquisa,

“compreender o espaço urbano através dos bairros analisando a natureza dos equipamentos existente, o cotidiano dos moradores, as formas de inclusão e exclusão social e as estratégias de exercício da cidadania, na perspectiva de produzir conhecimento acerca da gestão pública contemporânea.”

Não havia no início uma metodologia plenamente definida. Sabia-se ser necessário, como primeiro passo, o levantamento dos dados secundários, que se encontram de forma difusa e dispersa nos vários órgãos governamentais,

bem como em agências públicas e privadas. A primeira tarefa seria, então, aglutinar um maior número possível de informações referentes a um elenco de indicadores que incluem aspectos tais como: caracterização histórica, aspectos geográficos, infra-estrutura, saúde, aspectos econômicos, política e voto, organizações e equipamentos comunitários, equipamentos religiosos, justiça, assistência social, entre outros. Porém, percebemos que a reunião de informações de dados secundários simplesmente era insuficiente para se processar um conhecimento mais verdadeiro do bairro. E foi a partir dessa concepção que se resolveu checar a procedência das informações institucionalizadas, colocando o grupo de pesquisadores diretamente no campo, percorrendo as localidades, nas suas diversas ruas, e muitas vezes em seus espaços subterrâneos, visando criar um novo mapa de dados.

A observação direta com a infra-estrutura tal como se apresenta, bem como o mundo real das pessoas conversando, brigando ou se isolando foi suscitando na equipe de alunos pesquisadores outros olhares, cheio de novas descobertas, permitindo que “etnografias”, ainda muito tímidas do bairro viessem compor as primeiras interpretações adicionando conhecimentos qualitativos ao conjunto de dados quantitativos.

Para completar o quadro faltava um processo de socialização das informações para os diversos segmentos de público interessados com a problemática urbana de Fortaleza, incluindo-se aí professores e alunos das universidades e do ensino de 1 e 2º graus, jornalistas, políticos associações de bairro, grupos religioso, grupos filantrópicos, etc. Um Banco de Dados centrado na Universidade deveria ser um espaço mais democrático, mais flexível quando comparado com as instituições burocráticas que, com suas estruturas pesadas, se apropriam das informações divulgando tão somente o que lhes for conveniente, o que não for considerado “segredo de estado”. Paralelamente foi se gestando a idéia de que as informações deveriam chegar ao público diretamente envolvido de forma mais rápida e objetiva. Foi quando a equipe de pesquisadores pensou em articular grupos nas localidades através de órgãos representativos, tais como associações de moradores, para passar a filosofia, as diretrizes do projeto e os achados alcançados.

Em algumas comunidades a aproximação do grupo de pesquisadores foi tão intensa que estes foram convidados a prestar uma assessoria para o Plano de Ação de Políticas a serem apresentadas aos órgãos competentes. O Projeto Banco de Dados começara a gerar produtos outros que não os previstos e programados, residindo aí toda a riqueza de uma metodologia que se foi

construindo e avançando com erros e acertos. Vale ressaltar, também, que esses contatos foram realizados de uma maneira informal não se configurando aí formas convencionais de pesquisa como a utilização de questionários, entrevistas, ou histórias de vida.

Por fim, é mister colocar que o conhecimento gerado e vivenciado pelos alunos e professores do referido Grupo de Estudos, vem alimentando a sala de aula, possibilitando, ainda, a divulgação das experiências em Fóruns Acadêmicos, Encontros de Pesquisa e mídia, no sentido de despertar uma consciência menos utópica e mais precisa sobre a cidade e a gente de Fortaleza.

4. O Caminho do Conhecimento e da prática cidadã nos Bairros de Fortaleza

O processo metodológico do GPDU possui várias etapas. Tendo sempre em vista o objetivo de não somente coletar e armazenar informações tanto *quantitativas* quanto *qualitativas* de cada bairro mas, também, de realizar estudos específicos em aspectos inerentes ao campo da Sociologia e Antropologia conforme o interesse do grupo, e, sobretudo das pistas que o trabalho de campo sugere. Sendo assim, o processo de conhecimento do bairro possui cinco etapas:

4.1. Pesquisa a dados secundários

Um levantamento documental é realizado para armazenar em um banco de dados informações tanto de Fortaleza, quanto de cada um de seus 114 bairros. Esses dados são coletados nas mais variadas instituições públicas ou privadas que permita ao grupo um acervo significativo de informações secundárias a sobre cada bairro. As informações de Fortaleza como um todo servirão de parâmetro de comparação para aquelas específicas ao bairro. Por exemplo: se em Fortaleza existe X escolas para uma população de 2 milhões de habitantes, um determinado bairro poderá estar abaixo ou acima dessa média do município, conforme a relação de escola com o número de habitantes.

Os indicadores principais coletados para esta etapa são: saúde, educação, saneamento, transportes, economia, equipamento policial, lazer, comércio e indústria.

4.2. Pesquisa de Campo

Entendemos que a coleta de informações secundárias será mais completa na medida em que, num momento imediatamente posterior, pudermos realizar uma pesquisa de campo no sentido de verificar *in loco* a pertinência dessas fontes, complementá-los, discuti-los com os moradores e disponibilizá-los para toda a comunidade.

4.3. Checagem “in loco”

Esta etapa terá uma conotação mais *qualitativa e interativa* com as comunidades objeto de estudo, quando os alunos irão aos bairros de posse dos dados coletados nas instituições, checar rua a rua e, principalmente, acrescentar algum dados que não havia registro em nenhuma das entidades pesquisadas.

De posse do resultado dessa checagem/complementação de dados, o grupo reúne os representantes de associações de bairros e moradores do local para uma apresentação e discussão desse material parcial. O que simplesmente é observado na checagem passa a tomar outro corpo quando são adicionadas explicações para a existência ou não de equipamentos urbanos, das lutas dos moradores, e até das razões que inviabilizam o construir coletivo. Nesse momento, se dá terceira possibilidade de complementação das informações.

4.4. Apresentação/discussão dos resultados à comunidade

A reunião no bairro é marcada pelos representantes e lideranças locais, para que o GPDU apresente os dados coletados e checados e, nesse momento, possa ser feita uma ampla discussão de cada um dessas informações entre os moradores presentes. Além de ser um momento de interação com o bairro, este momento (que pode ser realizado em uma, ou mais de uma reunião) tem o objetivo de elaborar conjuntamente (GPDU e moradores) o que se denominou “Caderno do Bairro” que contém o conjunto de informações a partir dos processos anteriores de coletas (pesquisa secundária, checagem e discussão na comunidade).

Nesse momento, poderão ser marcados encontros com moradores do lugar, que podem complementar as informações sobre a história do bairro, através da técnica de história oral. Estes dois últimos momentos metodológicos são os

grandes responsáveis pela oportunidade de se reconhecer a “alma” de cada bairro. O contato com os indivíduos, as conversas informais, seus anseios, suas frustrações falam muito sobre estas células pulsantes da dinâmica social. Este é o momento em que se desvela as variantes que se colocam além dos números, tal como o cotidiano das pessoas em comunidade e a socialização dos dados junto aos bairros em questão das informações colhidas.

4.5. O caderno do bairro

Após a apresentação e discussão das informações coletadas nos dois primeiros momentos, o grupo elabora um “caderno do Bairro” composto de um histórico do local, e de todas as informações coletadas, checadas e discutidas com a comunidade. O Caderno dos Bairros é montado em meio impresso e digital.

O objetivo desse caderno é permitir a cada entidade de bairro um acervo de informações sobre o local, que será utilizada de diversas formas, conforme a instituição que recebe (escolas, associações, instituições oficiais etc). Por exemplo: as Escolas poderão explorar as potencialidades e as carências do bairro com os alunos; as associações poderão reivindicar ou articular a população para resolverem alguns problemas detectados, além dos moradores poderem dispor de informações que facilitem a vida cotidiana como: em que rua mais próximo de sua casa existe um marceneiro, uma locadora de vídeo, um posto policial, um comércio de determinado produto, uma feira livre, uma escola, um curso de informática, etc.

4.6. Disponibilização dos dados *On Line*

O GPDU está elaborando uma página na Internet para que as pessoas e instituições interessadas possam acessar esses dados e, possivelmente, corrigi-los avisando ao núcleo alguma eventual mudança no bairro, que mereça ser acrescentada ao “caderno do Bairro”

A partir da experiência de campo tem sido possível vislumbrar a necessidade de se refletir sobre o conceito de cidadania. À medida que adentramos nos bairros, a vida local ressalta as relações sociais estabelecidas e faz-nos imaginar qual cidadania ou quais cidadanias existem em cada um. De fato, o caráter das relações vivenciadas oscila entre o democrático e o autoritário, o efetivo e o efêmero, o coletivo e o individual.

4.7. Estudos Específicos

Aglutinar e montar um banco de dados é um trabalho exaustivo e importante, mas, para o âmbito da Universidade, se faz necessário ir além da coleta e armazenamento, há que se fazer análises, para que alunos e professores possam também exercitar o olhar sociológico/antropológico nesse empreendimento acadêmico.

Nessa perspectiva, o grupo se dividiu em sub-grupos de interesse onde um professor poderá coordenar uma ou mais pesquisas. No momento, o GPDU possui três pesquisas em andamento:

- A primeira, com o desenvolvimento de quase todo o grupo, pertence ao campo da antropologia visual, com o projeto “O bairro: fotos, memória e imagens” que (re)conta o cotidiano do bairro através de fotografias tiradas pelo grupo (GPDU) e discutidas pelos moradores. Num segundo momento pretendemos fazer com que os próprios moradores fotografem o bairro e discutam entre si suas escolhas;

- A segunda, refere-se ao estudo do “Capital Social dos bairros”, com o objetivo de catalogar o conjunto de Políticas Públicas junto aos órgãos governamentais e não governamentais tendo em vista a divulgação e implementação das mesmas nas representações comunitárias dos bairros. Objetivamos também, conhecer, discutir e multiplicar experiências inerentes a ações políticas de iniciativa de moradores desses bairros formando uma rede de informação sobre formas distintas de mobilização.

- Uma terceira pesquisa estuda a saúde de um bairro sobretudo no que se refere a um programa do governo sobre saúde da família;

- O quarto projeto, ainda sem financiamento, pretende discutir e elaborar uma “agenda 21” nos bairros. Já que o Brasil tem urgência de cumprir com a promessa da Eco 92 de elaboração de uma agenda para o século XXI, seria interessante que ela surgisse dos bairros.

5. Outras atividades do GPDU

Além dessas pesquisas há outras atividades como:

· Discussão teórica que auferem ao grupo uma capacitação em temas como cidadania, sustentabilidade, antropologia visual, capital social, sociologia urbana, políticas públicas, movimentos sociais, entre outros temas, que

garantem uma capacitação do grupo como um todo. Embora nem todos façam parte de todos os quatro projetos, nesse momento o grupo pode se inteirar do que os demais componentes estão estudando.

- Houve oportunidade em que o um membro do grupo foi convidado para integrar a equipe de elaboração de um Plano de Ação do bairro para uma agência de financiamento
- As pesquisas que são desenvolvidas tem sido apresentadas em congressos nacionais e internacionais vinculadas à temática.
- Iniciamos com o Bairro de Fátima, e Serrinha. Hoje (novembro de 1999) estamos com 04 bairros concluídos (Fátima, Serrinha, Parangaba, e Itaoca) e mais 04 em fase de conclusão (Montese, Vila União, Benfica e Parreão).

6. A Construção de um Banco de Informações e de Experiências

Nos dois anos que já se passaram, apesar da dificuldade em manter o grupo ainda com pouca infra-estrutura, foram obtidos resultados deveras interessantes, dentre os quais citamos alguns: a) o *local* cria suas estratégias de sobrevivência; b) cada bairro tem sua própria identidade que se constrói a partir de suas lutas reivindicações ou intervenção política; c) na busca de informações para a construção de um banco de dados, pudemos conhecer a *alma* de cada bairro, suas especificidades conforme a história de sua construção e lutas da população; d) as reuniões com as associações dos bairros confirmaram que entre os dados emitidos pelas instituições oficiais e a realidade encontrada, há uma enorme disparidade, a título de exemplo: escolas, postos policiais, praças e outros equipamentos registrados como existentes nos bairros, muitas vezes ficaram *no papel* e a população se surpreendeu com os dados mentirosos; e) os canais de solidariedade parecem se fortalecer quando nas discussões/checagem dos dados com as comunidades; f) o aprendizado e desenvolvimento do “olhar sociológico” dos alunos tem sido um motivo de ânimo para a continuidade do projeto que não tem patrocínio; g) o trabalho coletivo universidade e comunidades tem permitido aos bairros um olhar mais crítico sobre si mesmos de modo a despertá-los para o desenvolvimento de ações no sentido formulação de políticas públicas

condizentes com suas reais demandas e potencialidades, por fim, h) o Banco de Dados construído/discutido pelo grupo “Gestão Pública e Desenvolvimento Local”, tem sido um verdadeiro instrumento do exercício da cidadania para todos.

ABSTRACT: Since 1998, a group of students and professors of Social Sciences from State University of Ceará, is accomplishing an investigation aiming to systematize, to gather and to generate information from 114 neighborhoods of Fortaleza. It's on the *locality* that becomes possible to identified specificity's and peculiar forms of claim and collective conquests strategies. Our methodology consists on: a documented research rising data about those neighborhoods; checking the collected data *in loco*; data systematization, presentation, discussion and complementation with the community; elaboration a data hand-book to be used by the inhabitants; accomplishment of specific studies such as memory, health, work and environment; and finally, the elaboration of a report about Fortaleza, always with the inhabitants participation. The study has been facilitating the community access to information and helped to strengthen the *local* identities and to increase the exercise of citizenship through data's discussion and socialization.

Key words:

Citizenchit; participation; public management; neighborhood.

BIBLIOGRAFIA

ARAGÃO, Elizabeth Fiúza - Os Desafios da Municipalização. In: Cadernos de Ciências Sociais. Vol 1 UECE, Fort., - 1996.

BARREIRA, Irllys et al. Desafios da Gestão Municipal e Democrática. Fortaleza – 1993/1996. Recife: Centro Josué de Castro, 1998.

COVRE, M. de Lurdes – O que é Cidadania. Col.Primeiros Passos.São Paulo:Brasiliense, 1991.

DAGNINO, Evelina. Qual Cidadania? A noção de cidadania precisa da concepção de um direito a ter direitos. Jornal da ABONG, mimeo

DOWBOR, Ladislau – O que é Poder Local. Col. Primeiros Passos São Paulo: Brasiliense,1995.

DOWBOR, Ladislau. A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada. Petrópolis, RJ: Vozes. 1998.

- FÁTIMA E SILVA, M. S. A Revitalização do local como espaço de constituição de uma nova cidadania. In: SILVA, M^a do Rosário de Fátima et all. (orgs). Cidadania e Subjetividade. Rio de Janeiro: Editora Imaginário, 1997.
- IBGE. Pesquisa Orçamento Familiar. 1995/1996. Rio de Janeiro, 1997.
- JELIN, Elizabeth. Construir a Cidadania: uma visão desde baixo. *Lua Nova*, São Paulo, n.33,p.39-57,1994
- VIEIRA, Liszt,. Cidadania e Globalização. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- MARSHALL, T. H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar Editores,1967.
- PINHEIRO, Ângela A. Araripe. CIDADANIA: busca de uma delimitação conceitual e de suas origens sociohistóricas. In: VIEIRA, S. BARREIRA, I. Cultura e Política: tecidos do cotidiano brasileiro. Fortaleza: EUFC, 1998.
- ROBERTS, B. – A Dimensão Social da Cidadania. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, n. 33, p.5-22, fevereiro, 1997.
- SANTOS, Boaventura de Souza - “ Globalização, Identidade Locais e Pós-Modernidade Contestatória: Desafios da Sociologia no Final do Século” In: Cadernos de Ciências Sociais> Vol 2 UECE , Fortaleza – 1996
- SPOZATI, Aldáiza. “Globalização: um novo e velho processo” In: DOWBOR, Ladislau et all - Desafios da Globalização. Ed. Vozes, Rio – 1997.
- TOURAINÉ, Alain. O Que é Democracia? Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes,1996.
- VELHO, Gilberto (coord.). O desafio da cidade. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.